

Revisión

D. TOMÁS BALDUINO: CAMPESINATO NA DIOCESE DE GOIÁS – 1967-90

D. Tomás Balduino: Peasantry in the Goiás Diocese – 1967-90

Me. Sebastião Rafael-Gontijo (UEG Itapuranga), tiao.lobo@hotmail.com

Valtuir Moreira-da Silva (UEG Itapuranga), valtuir13@gmail.com

Recibido: 09/03/2018 - Aceptado: 12/04/2018

RESUMO:

O trabalho em desenvolvimento tem como objetivo traçar uma trajetória sobre a luta dos camponeses do Brasil pela Reforma Agrária, tão necessária e tão distante dos anseios dos camponeses que tiram da terra o seu sustento, sendo-lhes negado o direito de se apropriarem desta produção, que deve ser dividida com os patrões ou donos da terra muitas vezes, nada ficando com o lavrador que é explorado de maneira análoga ao trabalho escravo. A nossa proposta de trabalho tem como base fatos concretos ocorridos na Diocese de Goiás, nos anos 1968 até 1990 em que uma luta desigual é encetada, baseada nas ideias de um prelado que é nomeado bispo desta diocese e muda completamente a mística religiosa, baseada nos documentos do Concílio Vaticano II, reforçado pelos documentos do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), realizado em Medellín na Colômbia de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968 determinando que a Igreja Católica deveria se preocupar com a evangelização e defesa dos mais pobres e marginalizados pela sociedade, que sofriam com a ditadura implantada nos países do Cone. Sul procurando levar uma mensagem evangélica que resgatasse a dignidade dos oprimidos pelos dominadores e detentores do grande capital. Para melhor ilustrarmos nosso trabalho usaremos como referencial teórico Poletto (2008), Pessoa (1999) Amado (1996) Pinheiro(1999) PolettoOrg (2002), Moreira (2008), buscando outras fontes que possam contribuir para reforçar nossa fonte e enriquecê-la na busca que pautaram a luta de um Prelado de uma Igreja e dos fiéis que assumem os ensinamentos do Evangelho e os transportam para seu dia a dia, vivendo intensamente tais ensinamentos.

Palavras chave: Dom Tomás Balduino; Igreja dos pobres; Assentamentos agrários.

ABSTRACT

The work in development aims to trace a trajectory on the struggle of the peasants of Brazil for Agrarian Reform, so necessary and so far removed from the peasants' desires that they

take their livelihood from the land, and they are denied the right to appropriate this production, which must be divided with the bosses or owners of the land many times, not staying with the farmer who is exploited in a way analogous to slave labor. Our work proposal is based on concrete facts that occurred in the Diocese of Goiás, from 1968 to 1990, when an unequal struggle was started, based on the ideas of a prelate who is named bishop of this diocese and completely changes religious mysticism based on the documents of the Second Vatican Council, reinforced by the documents of the Latin American Episcopal Council (CELAM), held in Medellin, Colombia from August 24 to September 6, 1968, determining that the Catholic Church should be concerned with evangelization and defense of the poorest and marginalized by society, who suffered from the dictatorship implanted in the Cone countries. South seeking to carry an evangelical message that would rescue the dignity of the oppressed by the dominators and keepers of the great capital. To better illustrate our work, we will use as theoretical reference Poletto (2008), Pessoa (1999) Amado (1996) Pinheiro (1999) PolettoOrg (2002), Moreira (2008), seeking other sources that can contribute to reinforce our source and enrich it in the search that guided the struggle of a Prelate of a Church and of the faithful who take the teachings of the Gospel and transport them to their daily lives, living intensely such teachings.

Key words: Dom Tomas Balduino; Church of the poor; Agrarian settlements.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal objetivo fazer uma reflexão sobre os acontecimentos verificados no Brasil, sobretudo nos anos em que fomos perseguidos e massacrados por uma ditadura militar, que perseguiu todos os que se posicionavam contra suas ideias, acabando com os direitos constitucionais do país, dissolvendo o Congresso Nacional, perseguindo os opositores, assassinando-os ou exilando-os para outros países, sendo considerados inimigos do regime militar implantado em 1964.

Neste período em que os militares tomaram o poder, as instituições democráticas sofreram duros golpes, com os famigerados “Atos Institucionais”, prendendo, torturando aqueles que não concordavam com o regime ditatorial, sem perder a esperança em derrubar o domínio implantado pelos militares, lutando clandestinamente contra os desmandos da elite dominante, apoiada pelos setores conservadores da Igreja Católica, que deu respaldo ao golpe militar deflagrando “A Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade”, em 13 de abril de 1964 para impedir o avanço dos setores de esquerda, que queriam mudanças estruturais no sistema político e econômico.

Em 1968, alguns Bispos da Igreja Católica, iniciam uma cruzada contra o regime de exceção que se instaurou no país, denunciando as torturas e mortes de presos nos porões das cadeias, prisões e tortura de sacerdotes e cristãos de outras seitas cristãs, que defendiam os menos favorecidos mostrando os fatos que aconteciam nos porões do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação-Centro de Defesa Interna), e DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que se tornou o terror dos torturados e fruto de denúncia, por parte de algumas comunidades ligadas ao cristianismo.

Com a realização do CELAM em Medellín, alguns prelados fazem a opção pela evangelização e pelos pobres, defendendo sobretudo os direitos elementares que se referiam a liberdade e a sobrevivência, usurpada pela fúria dos ditadores e dos gananciosos, que viam na ação dominadora, a demonstração do poder e da opressão, impedindo a conscientização e a atuação dos religiosos. Os membros de algumas ordens religiosas são presos e torturados covardemente por se colocarem ao lado dos oprimidos, gerando uma discordância entre muitos membros da Igreja Católica e outras seitas, que anteriormente defendiam a luta contra as ideias comunistas, que não passou de um golpe para impor uma feroz ditadura.

Nesta luta desigual entre opressores e oprimidos, faremos um recorte dos fatos que ocorreram no interior do Estado de Goiás, onde D. Tomás Balduino sagrado bispo da diocese da Cidade de Goiás no dia 17 de dezembro de 1967, segundo consta o livro do Tomo p.20, estando presente autoridades religiosas como o bispo de Goiânia D Fernando Gomes dos Santos, D. Antônio Ribeiro de Oliveira, autoridades civis, religiosas e fiéis, sendo Núncio Apostólico D. Sebastião Baggio, representando Sua Santidade o Papa Paulo VI.

No decorrer do ano de 1968, logo após tomar posse, segundo Capponi;

D. Tomás convidou o povo para uma reunião no Colégio das irmãs de Maria Imaculada, em Itaberá para ouvir uma avaliação sobre a situação diocesana. O esquema da avaliação já era baseada nas linhas da pastoral de conjunto, traçadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): liturgia e sacramentos, evangelização e catequese, estruturação paroquial, promoção humana, administração econômica, ecumenismo (Capponi, p. 27-28).

Nesta descrição dos primeiros atos do recém nomeado prelado da Diocese da Cidade de Goiás, percebemos claramente qual a linha da dinâmica da pastoral que seria implementada na diocese, bem diferente das linhas desenvolvidas pelos prelados anteriores, que valorizavam apenas a liturgia, esquecendo-se de outras vertentes necessárias às linhas da evangelização, que agora acrescenta também pontos fundamentais como promoção

humana e ecumenismo. O acréscimo de novas linhas pastorais, no início terão focos de resistência por parte dos párocos e pela grande maioria dos leigos que se preocupavam apenas com os ritos devocionais e se esqueciam do foco evangelizador que era o amor ao próximo.

D Tomás percebendo a influência do clero e a resistência dos leigos, convoca a Primeira Assembleia Diocesana realizada na cidade de Ceres de 1º de julho de 1968 ao dia 07 de julho de 1968.” Nesta assembleia, todos, leigos, religiosas e sacerdotes deverão opinar em pé de igualdade e finalmente votar na Assembleia Geral” (Livro do Tombo nº 4 p. 38). Nesta mesma Assembleia ao se referir “À Promoção Humana”, assim se expressa: “É preciso que ajudemos os homens a se tornarem realmente livres, tornando-se homens plenamente. Aquele que não é plenamente homem não é livre. É vítima dos outros, é escravizado aos demais.” (Livro do Tombo p 46).

Nas fontes documentais que pesquisamos, observamos a dinâmica que D. Tomás utilizou para fazer a transformação determinada e aprovada pelo Concílio Vaticano II, tendo que enfrentar um clero que não concordavam com as mudanças conciliares e ainda apoiavam as ideias ditatoriais dos militares e o domínio do capital, mesmo assim consegue uma nova forma de evangelizar que conscientiza os fiéis, tornando-os agentes de sua própria história. Esta nova estratégia é elaborada por uma equipe que faz assessoria constante e direta, composta por leigos, padres e religiosos, que se reúnem para seguir os novos caminhos que foram ditados pelos bispos do mundo inteiro, reunidos sob os auspícios do Concílio Vaticano II.

Para que os objetivos conciliares fossem alcançados, D. Tomás utiliza-se de uma nova didática de participação dos cristãos nas decisões da Diocese, tornando-os responsáveis pelos erros e acertos da nova caminhada. Esta dinâmica tem uma transformação surpreendente, porque ninguém podia se eximir dos acertos e dos erros, porque todos tinham voz e voto nas decisões, portanto, a responsabilidade era de todos.

Uma nova mentalidade religiosa: o resgate da dignidade do homem nos caminhos do Concílio Vaticano II

Com o falecimento do Papa Pio XII, assume a chefia da Igreja Católica o papa João XXIII, bastante idoso, por muitos cardeais julgado simples e humilde, mas que desconheciam a tenacidade e a disposição deste religioso senil, que surpreendeu o mundo e a Cúria Romana mostrando a que veio, convocando o Concílio Vaticano II, no dia 25 de janeiro de 1962, apenas três meses após sua eleição (Capponi, p. 17), até então protelado por outros pontífices que o antecederam, tendo opositoristas ferrenhos que não concordavam com

essa atitude do Pontífice, mas nada o demove de realizar este ato que se tornaria uma nova vertente na doutrina eclesiástica.

O Concílio Vaticano II, tem sua abertura no dia 11 de outubro de 1962” com a presença de bispos do mundo inteiro, que se reuniam todos os anos em Roma entresetembro e dezembro, dele participaram quase 3 mil bispos” (Capponi, p. 18). Nesta afirmação de Capponi, percebemos o quanto a grande maioria dos cristãos almejavam novos rumos que deveriam nortear as mudanças que infelizmente ainda estavam ligadas ao medievalismo, enquanto o mundo havia mudado de forma rápida, mas o catolicismo não havia acompanhado tais mudanças.

Infelizmente João XXIII falece no dia 03 de junho de 1963, sem terminar sua obra. Em seu lugar assume o Papa Paulo VI, eleito no dia 21 de junho de 1963 que dá continuidade à obra de seu antecessor, encerrando o Conclave no dia 08 de dezembro, de 1965, contendo um conjunto de normas básicas para atuação da Igreja Católica tanto a nível interno como externo, mudando as normas de ação e o relacionamento com outras seitas cristãs ou não cristãs, incluindo os que não professam nenhuma crença. O documento do Sínodo, além de tratar do reordenamento dos ritos e das crenças também aborda temas ligados ao ser humano como filho de um único Pai com direitos iguais para todos, não existindo as diferenças sociais gritantes no seio da humanidade.

A Diocese de Goiás tendo como representante seu Bispo e o povo das paróquias, se reúnem para estudar e discutir os documentos conciliares, muitas vezes de difícil entendimento, mas ali estavam as pessoas que tinham uma visão mais crítica sobre os temas abordados. Neste contexto é que D. Tomás tem a brilhante ideia de convocar as Assembleias, que se tornaram “uma ferramenta”, nas mãos do povo simples que sabia manejar uma ferramenta, tornando-se essa ferramenta um instrumento de evangelização ligado ao cotidiano do povo simples, que era dominado pela pregação unilateral dos padres que atendiam de forma discriminada os pobres e os ricos, demonstrando ostentação nos rituais e nas celebrações que envolviam pobres e abastados.

Nas reuniões com os representantes das paróquias, passa a chamar de “Caminhada “a nova base apostólica da diocese da Cidade de Goiás, que se alicerça em quatro colunas que foram normas do Concílio Vaticano II, destacando a Evangelização, o Ecumenismo, a Opção Pelos Pobres e a Promoção Humana. Para iniciar a execução dessas colunas, iniciou a mobilização dos jovens nas paróquias, dando -lhes a responsabilidade de se tornarem agentes desta pesquisa. Segundo Capponi, os jovens se dinamizaram e buscaram entusiasticamente responder ao pedido feito pelos seus párocos:

D. Tomás Balduino campesinato na diocese de Goiás – 1967-90

O professor Carlos Rodrigues Brandão era o assessor da Pesquisa. Com sua competência conduzia os trabalhos com rigor de cientista, preparando monitores e entrevistadores com palestras. A organização e execução concreta era dirigida por dona Júlia Viana que era secretária de D Tomás, diretora do centro de treinamento e assessora de pastoral (Capponi, 1999 p 40).

Como percebemos nas afirmações acima, o trabalho da pastoral diocesana teve um embasamento na participação popular, onde os personagens principais era o povo, sendo valorizadas suas ideias e seus anseios. O povo começa a se tornar adiante de sua própria história, co-partícipe das decisões que eram tomadas no âmbito das reuniões entre o clero e os leigos em igualdade de condições, não havendo mais aquela distância entre os párocos e os paroquianos nas decisões que deveriam conduzir a nova linha pastoral.

Assim de Assembleias em Assembleias, as decisões de mudanças vão se concretizando, e novas linhas de pastoral vão surgindo, fundamentando o pensamento do Concílio Vaticano II, na terceira assembleia diocesana foi criada a Pastoral Rural, com a proposta de haver um entrosamento maior entre o clero e o lavrador, tendo como prioridade:

Intensificar a formação de comunidades de base. Enviar o boletim paroquial informativo. Estender as atividades de promoção humana à zona rural. Descobrir e orientar as lideranças rurais locais(por meio de assembleias, cursos) visando a formação de futuros dirigentes de comunidades rurais,(Terceira Assembleia de 20-25 de julho de 1970).

Ao pesquisarmos o conteúdo das Assembleias deduzimos que as sementes das mudanças estavam sendo semeadas, dando um novo rumo à nova metodologia que seria desenvolvida nas paróquias seguindo as diretrizes das reuniões diocesanas, que previam a criação de mecanismos que fomentassem a formação das comunidades tanto rurais quanto urbanas, um novo caminho voltado para a promoção humana descobrindo novas lideranças que futuramente iriam assumir seu papel nos caminhos da pastoral previsto pelos novos rumos aprovados durante a terceira Assembleia.

Na quarta Assembleia o tema abordado foi a justiça para a Igreja.

No novo testamento a justiça alcança sua plenitude em Cristo, enviado como Salvador da humanidade. Cristo veio para libertar o homem. Essa libertação deve realizar-se já neste mundo, como antecipação definitiva. A Igreja tem compromisso com o Amor e ele se chama Justiça (4ª Assembleia diocesana (p. 2, 10/07/71).

Nesta quarta Assembleia fica caracterizado que a Igreja de Goiás se manifesta de maneira contundente sua opção pelos injustiçados, transformando esta justiça no amor pregado por Cristo no Novo Testamento, defendendo aqueles que eram subjugados pela sociedade dominante. Ao afirmar no documento que a libertação do homem deve começar já neste mundo, reforça a ideia de que devemos lutar para que as mudanças sejam de fato alcançadas, não de forma individual, mas coletivamente.

A caminhada Diocesana segue em frente, buscando novos rumos e novas ideias para avançar na luta em defesa dos pobres e marginalizados. Nos estudos da equipe diocesana, surge a preparação para a quinta Assembleia, com mudanças na estrutura e escolha dos participantes, que antes eram escolhidos pelos párocos, mas nesta reunião os participantes eram formados por grupos de evangelho que se reuniam para discutir a estrutura da sociedade e a marginalização dos menos favorecidos.

Com a participação das pessoas que se reuniam para discutir o evangelho, muitos padres não se sentiram tranquilos, começaram a formar um movimento de rebeldia, murando contra as novas medidas apresentadas para serem debatidas no decorrer da Assembleia. Pensaram que com esse movimento contrário ao debate iria ter uma dança na proposta principal, se enganaram redondamente. Os grupos que estavam na Assembleia tinham claro sua opção, as mudanças no seio da Igreja e o evangelho que fosse capaz de mudar a vida terrena para alcançar a vida eterna. A espiritualidade não devia ser desvinculada das coisas terrenas, mas que uma fosse complemento da outra.

Podemos afirmar que durante os debates da quinta Assembleia, houve uma participação destacada dos grupos que discutiam o evangelho em uma nova linha de ação, não separando os ensinamentos bíblicos do cotidiano do cristão. Sem dúvida essa Assembleia ficará nos anais da diocese como o divisor de águas entre o velho e o novo pensamento do povo cristão.

Na mencionada Assembleia tivemos depoimentos importantes por parte dos participantes, tão interessantes que poderiam ser citados, mas que escolheremos apenas um que nos chamou a atenção. Vejamos a fala de "Dito", um lavrador que destaca a importância do debate nas comunidades:

Em seu depoimento de Dito lavrador sugeria a redução das missas caso o padre não se dê a evangelização por questão de tempo. São ignorantes? Sua ignorância nos acusa. Estão sempre nos ouvindo, mas falamos palavras sem conteúdo de vida. Multiplicamos ritos sem significado palpável. Zelamos uma igreja que não fazemos entender, usamos um vocabulário fraterno sem uma fraternidade que o torne veraz. Distribuímos comunhão onde a comunhão não existe, nem talvez possa existir (quinta Assembleia diocesana (27 a 31/07/ 1972, p 10).

Neste depoimento de um lavrador avaliamos o desejo de mudanças que se instalou nos grupos que se reuniam para discutir o evangelho e o trazia para sua vivência diária mudando completamente a participação do povo na prática da região, exigindo mais compromisso da Igreja com os problemas enfrentados pelos pelo povo simples e marginalizado. Queriam uma Igreja participativa e atuante, e não uma Igreja passiva e espiritualista.

A luta pela terra na Diocese de Goiás.

Para entendermos o momento que estamos estudando, temos que fazer um recorte histórico de outros fatos acontecidos no estado de Goiás, onde houve enfrentamento armado entre grileiros, defendidos pelo poder público e posseiros que viviam na terra e dela retiravam seu sustento. Na região de Trombas e Formoso, no meio norte goiano, esse confronto se acentuou em 1948 quando as terras devolutas “passaram a ser objeto de interesses diversos: de um lado, os trabalhadores rurais, e, do outro os fazendeiros da região” (Silva, 2008). Esse confronto entre grileiros e posseiros sempre aconteceu, mas o de Trombas e Formoso é que mais se destaca, inclusive havendo um confronto armado onde morreram pessoas de ambas os lados, sendo vencido pelos posseiros. Esta foi uma das muitas lutas que aconteceram no estado de Goiás entre os ricos fazendeiros ligados ao poder político, e os camponeses sem terra que eram explorados. Muitos reagiam e eram perseguidos como ladrões e bandidos, sendo punidos severamente pelas autoridades que defendiam o latifúndio.

No estudo elaborado por Pinheiro, faz referência a uma lei do Governo Federal, criada em 30 de novembro de 1964, implantando medidas decisivas de política fundiária, sancionando a Lei n. 4.504 - Estatuto da Terra - que passou a ser documento legal de maior importância para as questões fundiárias, configurando assim a política de reforma agrária” (Pinheiro, p 15-16). No contexto de Pinheiro, Lei n,4.504, se refere às terras devolutas que pertenciam aos estados ou a União, que seriam entregues aos grandes fazendeiros, para fomentar o agronegócio e povoar as áreas onde existiam os posseiros, que não possuíam nenhum documento que provavam que eram proprietários. Partindo de um governo militar e ditador, o Estatuto da Terra foi um golpe na esperança dos lavradores sem-terra, impedindo-os de ter acesso a uma pequena gleba de terra, que pudessem ser proprietários para manter seu sustento e o de sua família.

Amado (1996) estudando a criação do Estatuto da Terra, registra a participação da Igreja Católica como convidada dos órgãos governamentais a fazer parte do grupo de estudo que

trabalhou na construção do mencionado estatuto. Amado concluindo sua ideia afirma que a rapidez na aprovação desta lei merece uma observação mais apurada:

Quando pronto, foi enviado ao Congresso Nacional e, menos de quinze dias, foi aprovado, transformando-se na lei 4.504 [...]O que levou o Congresso a “concedê-lo”é que esta lei agrária visava adequar o desenvolvimento agrário ao processo de industrialização no país, buscando, inclusive, a modernização da política agrícola. No fundo, tudo isso se situava no amplo contexto do “desenvolvimentismo”, propagado pela estratégia do capitalismo norte-americano. Todavia a ambiguidade da lei 4.504 [...] levaram a uma acelerada concentração de terras e ao aumento ainda maior do conflito no campo (Amado, p 108, 109).

Ao se referir a aprovação da lei 4.504 que criou o Estatuto da Terra em plena ditadura militar, com a participação da Igreja Católica, que temia o avanço do comunismo, prestou um grande serviço ao capitalismo norte-americano, que impediu o avanço das Ligas Camponesas e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, aumentando o latifúndio e a concentração das terras devolutas nas mãos de poucos, contribuindo para aumentar o conflito fundiário que já existia.

Como mencionamos anteriormente que teríamos que fazer um recorte histórico para nos concentrarmos “na luta pela terra na Diocese de Goiás”, já mencionamos as Assembleias Diocesanas e a nova linha de evangelização, adotada pelo Concílio Vaticano II e assumido pelo Conselho Episcopal Latino-Americano - CELAM em Medellin, incluindo os pobres e marginalizados, na nova linha pastoral adotada pela Igreja de Goiás. Entre as linhas pastorais podemos destacar duas que são fundamentais: Os direitos humanos e a pastoral que se preocupa com os direitos dos trabalhadores rurais, assalariados ou parceiros que eram os mais explorados pelos patrões, que ignoravam ou fingiam ignorar os direitos dos trabalhadores.

A conscientização e a luta pelos direitos do homem começam a ser discutida nas reuniões com a comunidade, ganhando um novo caminho, discutindo o direito a saúde, a educação, o acesso aos meios de produção rural, e a luta pela Reforma Agrária, indo contra a lei 4.504, homologada pelo governo da ditadura militar. Essa lei que beneficiava ao grande latifúndio, tem um novo desdobramento, quando os bispos e prelados da Amazônia e do Regional Centro-Oeste, reunidos em Goiânia em junho de 1975, fundam a CPT (Comissão Pastoral da Terra).” A reunião foi convocada pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, com uma participação massiva de 67 (sessenta e sete) pessoas de 27 (vinte e sete) dioceses ou prelazias” (<https://www.cptnacional.org.br>).

A ideia da fundação da CPT foi encabeçada pelo bispo da Cidade de Goiás D. Tomas Balduino e D. Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, sentindo a necessidade de defender os trabalhadores rurais sem terra e os posseiros que lutavam para manter suas glebas de terra ou conquistar um pedaço de terra que pertencia ao estado ou a União, que fatalmente cairia nas mãos dos grileiros e latifundiários.

Portanto a CPT tinha como prioridade principal, defender os trabalhadores rurais perseguidos pelo poder político e pela sanha ambiciosa dos grandes fazendeiros, que expulsavam os posseiros e lavadores, confinando-os na periferia dos centros urbanos, aumentando os bolsões da miséria e a discriminação social. Nesta linha de enfrentamento, a Diocese da Cidade Goiás busca defender os perseguidos e apoiar sua luta na busca pela permanência no campo, surgindo o primeiro confronto no município de Itapuranga na fazenda Maria Alves, na região da localidade chamada Córrego da Onça, cujas terras pertenciam a um grupo de famílias que a possuíam desde 1940, ou seja por mais de 30 (trinta) anos. Eram 32 (trinta e duas) famílias que ameaçadas por um fazendeiro da família Caiado, já tinham perdida na justiça o direito à posse da terra. Silva (2008) menciona o apoio aos posseiros “dos membros da Diocese de Goiás e do STRI, realizou-se um intensoprocessos de divulgação do que estava ocorrendo com os posseiros do Córrego da Onça” (p. 89). Esta divulgação mobilizou os posseiros e o povo, acontecendo uma grande manifestação na cidade de Itapuranga.

Nos estudos de Silva (2008) retrata uma parte do discurso de D. Tomás Balduino mencionado pelo Jornal Diário da Manhã em 17 de setembro de 1980 com o seguinte teor:

O iníciode uma grande jornada, um compromisso: depoisde tantos papéis, reivindicações, o resultado é a justiça. Conclamou a todos a se uniram com os posseiros, pois segundo ele, justiça e direito não lhes faltam. Falta é informação. Com essa união, está criado um caso social. Não joga na rua crianças que precisam ser alimentadas. Com o caso social não existe nenhuma lei injusta (Silva, 2009, p 91).

Nesta fala de D. Tomás Balduino constatamos seu compromisso com os pobres e injustiçados, ameaçados de perder suas pequenas propriedades, seu sustento e sua moradia, indo aumentar a periferia dos centros urbanos. Expressa o apoio incontestado aos posseiros e a todos os que sofrem com a perseguição dos dominadores, numa clara demonstração da vivência evangélica na luta pela justiça, uma das bases da nova linha da pastoral diocesana.

Em 25 de julho de 1984, realiza-se em Trindade (GO) a primeira Romaria da Terra no Estado, onde o latifúndio se une para impedir o avanço da luta pela conquista da terra. Nesta romaria houve várias denúncias de abuso e perseguição por parte dos fazendeiros, mas uma chamou a atenção dos romeiros em especial. O posseiro Antônio Baiano da

fazenda Estiva ou Sesmaria São João do Bugre no município da cidade de Goiás, denuncia a perseguição, ameaças e destruição de seus ranchos e de outros posseiros, ameaçando-os de morte, caso não abandonassem as terras, inclusive fazendo terrorismo, ameaçando de matá-los no local sem numa chance de defesa.

Os romeiros ficaram indignados e prometeram a ajudar os posseiros da fazenda Estiva a permanecerem em suas posses. Para isso contaram com o apoio da Diocese de Goiás, Sindicato dos trabalhadores Rurais da Cidade de Goiás, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, Comunidades da Igreja e Associação dos Artesãos da Cidade de Goiás. No dia combinado para realizar o mutirão para construir os ranchos, os jagunços receberam o povo com um cerrado tiroteio que foi revidado pelos participantes do mutirão, expulsando os jagunços que abandonaram a terra e os posseiros construíram seus ranchos. Esse fato ocorreu em agosto de 1984, praticamente um mês após a primeira Romaria da Terra ter sido realizada em Trindade.

Pessoa (1999), afirma que alguns pesquisadores afirmam que a fazenda Estiva não foi uma ocupação, mas posse. Para ele foi uma ocupação:

Mas toda a eficácia da resistência foi assegurada pela entrada de outras famílias na área, a partir da ó processo de grilagem. Por isso, a meu ver, trata-se muito mais de uma ocupação do que de uma posse. [...]. Então, a posse, assentada na moradia e no trabalho, é que dava a legitimidade moral à reivindicação da área(Pessoa, 1999, p. 93).

A afirmação de Pessoa contraria a visão de alguns pesquisadores, que defendem a ideia de posse, e não ocupação ou grilagem. Pessoa afirma que outras famílias entraram na área para reforçar a resistência, permanecendo ali, como ocupantes da área e como moradores da gleba.

Para demonstrar a participação da diocese da Cidade de Goiás na luta pela Reforma Agrária, contra as forças do latifúndio criada pela UDR (União Democrática ruralista (fundada por Ronaldo Caiado), podemos enumerar as terras que foram invadidas e desapropriadas para assentamento de famílias de lavradores que não possuíam a terra, mas que dela necessitavam para a sua sobrevivência. Vamos enumerar por ordem cronológica as terras que foram entregues aos lavradores: Fazenda Maria Alves (Córrego da Onça) 03/10/1980, fazenda Estiva 12/11/1987, fazenda São Sebastião do Mosquito 12/08/1986, fazenda Rancho Grande, junho de 1989, em 18/05/1989 a desapropriação das fazendas Retiro e Velha, e, por último aconteceu a ocupação da fazenda São João da Lavrinha, já em 1991.

Pelo exposto a nossa atenção se volta para uma nova linha da prática religiosa, cuja finalidade é o ser humano em sua totalidade, não se preocupando apenas com a espiritualidade, mas vendo o homem como o ponto alto da nova evangelização, onde corpo e espírito se fundem para tornar-se único ser. Esta foi a linha evangelizadora da Diocese da Cidade de Goiás, se pautando pela opção pelos pobres, lutando pelos direitos dos oprimidos, derrubando a sanha dos latifundiários e conquistado a terra para os que não a possuíam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Tomas Balduino e o campesinato na Diocese da Cidade de Goiás, é redundante a participação de um prelado que assume os santos Evangelhos, trazendo as palavras de Cristo para os acontecimentos do dia a dia do povo sofrido e marginalizado, explorado pela ambição e ganância do poder econômico, despertando a consciência dos cristãos na luta para conquistar seus direitos. As mudanças que se processaram na caminhada evangelizadora resultaram na conquista dos direitos usurpados pelo poder dominante, impedindo o crescimento do povo. Para manter o domínio, a estratégia dos grandes era utilizar da própria religião para manter seu poder.
2. Mas a partir de 1968 acontece uma mudança radical na estrutura diocesana, onde a opção pelos pobres e pelos direitos humanos são priorizados e a linha pastoral toma um novo rumo: o homem em primeiro lugar. Para melhor entendermos a participação da diocese no apoio aos que lutavam para conquistar a terra, retratamos as palavras de D. Tomas: “Foram organizações em que eles inovaram ali dentro de nossa casa, uma autonomia deles de buscar caminhos, uma história que precisa ser contada, de tão rica que é” (Poletto, p. 103).
3. Para mencionarmos o apoio às conquistas do povo, nesta nova visão de Igreja, temos que percorrer um caminho cheio de obstáculos que serão rompidos com o apoio e ajuda do bispo diocesano que condena a ação do latifúndio e a exploração dos trabalhadores do campo. “Sua postura em defesa dos direitos dos camponeses, em todos seus matizes, tem sido firme, tanto na denúncia das agressões que contra eles são cometidas...” (Canuto in Poletto, p. 83). Continuando com a participação da diocese na questão fundiária, cumpre ressaltar que D. Tomás foi o presidente nacional da CPT encaminhando a luta dos trabalhadores rurais sem terra para conquistar um pedaço de terra para prover seu sustento.
4. Ainda mencionando as palavras de D, Tomás ao se referir ao latifúndio assim se expressa: “Podemos dizer com segurança, que o latifúndio e violência são

entranhadamente ligados. São duas faces da mesma moeda. Não existe latifúndio, sem violência “(Canuto, p. 32).

5. Esse estudo tem como prioridade ressaltar a participação da Igreja Católica na construção de um mundo participativo, onde o Evangelho seja vivido e não pregado, sem a participação do povo nas ações da Igreja. Para ressaltar as ações da Igreja, tomamos por base a Diocese da Cidade de Goiás, que assume a linha do Concílio Vaticano II, e, as diretrizes de Medellín, onde reafirma a opção pelos pobres e os direitos do homem. É necessário afirmar que esta linha do catolicismo divulgada pelo Concílio Vaticano II, foi defendida e divulgada pela linha da pastoral diocesana, e ainda hoje continua defendendo os direitos dos menos favorecidos e dos explorados.
6. Enfim, os debates propostos neste artigo possibilitaram a tentativa de poder contribuir na divulgação da luta e empenho de D. Tomás Balduino em relação ao campesinato em Goiás e na territorialidade da Diocese da Cidade de Goiás, como um dos desdobramentos que abordamos e um movimento entre tantos outros que merecem ser estudados para que se complete o ciclo de lutas enfrentadas pelos cristãos diocesanos

REFERÊNCIAS

- AMADO, Wolmir Therezio. A Igreja e a questão no Centro-Oeste do Brasil, 1950-1968. Goiânia : Editora UCG, 1996.
- CANUTO, Antônio. (Org.) Dom Tomás é Terra e Dignidade. Goiânia: Editora expressão Popular, 2014.
- CAPPONI, Francisco. Um Tempo de Graça: A Caminhada da Diocese de Goiás. (memórias) 1998.
- LIVRO DO TOMBO. Diocese de Goiás. 1967^a 1978.
- PERSSOA, Jadir de Moraes. A Revanche Camponesa. Goiânia: Editora UFG, 1999.
- PINHEIRO, Ana Maria. Assentamento de Reforma Agrária em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 1999.
- POLETTO, Ivo (Org.). Uma Vida a Serviço da Humanidade. São Paulo: Edições Loyola, 2002
- _____. Solidário Mestre da Vida. São Paulo: Paulinas, 2012.
- SILVA, Valtuir Moreira da. Itapuranga e a (RE) Invenção da História. Goiânia: Editora Vieira, 2008.